

Sumário

Prefácio	1
-----------------------	----------

PARTE I – O OTIMISMO TRÁGICO DO DIREITO:
O FIM DE UMA HISTÓRIA?

Capítulo 1 – Tempos Inquietantes	11
---	-----------

O nosso momento Goya	13
Dronificação do poder: a monstrosidade do nosso tempo	16
Violência sacrificial	18
Crise permanente	18
Trivialização dos direitos humanos.....	19
Ameaças e desafios	20
Desfiguramento do Estado.....	20
O esvaziamento da democracia.....	22
Destruição da natureza.....	24
Desvalorização do trabalho	25
Mercadorização do conhecimento.....	27
Recolonizar a diferença	28
Criminalização do protesto social	30
Conclusão.....	31

Capítulo 2 – O fim do reformismo jurídico?	33
---	-----------

Linhagens do reformismo jurídico.....	33
O primeiro período	34
O segundo período.....	37
O terceiro período	41
O fim do reformismo jurídico?	48
Conclusão.....	50

Capítulo 3 – O fim prematuro do reformismo jurídico: a minha experiência no Programa de Direito e Modernização da Universidade de Yale.....	51
Introdução	51
Direito e Modernização em contexto	52
Crescendo em Yale.....	56
Choque de realidade e construção teórica	64
O difícil nascimento de uma teoria marxista do direito.....	71
Construindo uma comunidade científica	75
O direito contra o direito: razão e argumentação jurídica no Direito de Pasárgada.....	76
Conclusão.....	80

PARTE II – EPISTEMOLOGIAS DO SUL E DIREITO

Capítulo 4 – Epistemologias do Sul: uma introdução.....	85
Introdução	85
Ocupar a epistemologia	91
O perigo das imagens especulares.....	94
Percursos para as epistemologias do Sul	98
Exclusões abissais e não-abissais.....	98
A sociologia das ausências e a sociologia das emergências	107
A ecologia de saberes e a tradução intercultural.....	113
A artesanania das práticas.....	116
Conclusão.....	118
Capítulo 5 – As epistemologias do Sul e o direito: para um direito pós-abissal	123
Introdução	123
Três exercícios intelectuais	124
Direito e epistemologias do Sul.....	131
A linha abissal do direito	132

A linha abissal do direito hoje.....	136
Direito abissal, civilização e barbarismo.....	140
Regulação/emancipação e apropriação/violência.....	145
A sociologia das ausências jurídicas.....	150
Ser e fazer.....	151
Pertencer e não-pertencer	152
Ser inteligível e ser ininteligível	152
Monoculturas jurídicas	153
A sociologia das emergências jurídicas	156
O reformismo jurídico aos olhos das epistemologias do Sul.....	162
Enquanto prevalece a linha abissal	164
Capítulo 6 – Será possível um direito pós-abissal?	167
Quem precisa de que tipo de utopia?	168
Alianças entre lutas sociais.....	173
Utopias jurídicas realistas e reformismo jurídico	177
Transformações sociais e transições	178
Interrupções e irrupções.....	183
Interrompendo o Estado: as duas almas do Estado	186
A igualdade excludente.....	192
As antinomias da cidadania e da soberania popular	197
A “missão civilizadora”, o Estado colonial e o imperialismo.....	204
O Estado, o não-Estado, o quase-Estado e o Estado outro	207
O Estado e o inter-Estado: a iniciativa Yasuní ITT	209
Sujeição e libertação: a interrupção	212
 PARTE III – O DIREITO ABISSAL SOB O MODO DE EXCLUSÃO ABISSAL	
Capítulo 7 – <i>Lawfare</i>: uma longa história	219
Introdução	219
Definição e alcance: duas genealogias	221

<i>Lawfare</i> como valor neutro	221
<i>Lawfare</i> , o direito dos fortes	225
<i>Lawfare</i> e direito abissal	227
O Estado de direito.....	230
Tipologias de <i>lawfare</i>	233
Direito político como direito abissal.....	233
“Nós” e “Eles”	235
O direito penal do inimigo	237
A guerra contra a corrupção: líderes políticos.....	243
A guerra contra a corrupção: empresas comerciais.....	248
A criminalização do protesto.....	250
A guerra aos imigrantes.....	254
Conclusão.....	257

Capítulo 8 – *Lawfare* e o caso brasileiro: o colapso ético-jurídico provocado pela operação Lava Jato 259

Com Eduardo Xavier Lemos

Introdução	259
Antecedentes da operação	260
Análise da operação Lava Jato	262
O Caso Luiz Inácio Lula da Silva.....	264
A Operação Spoofing e a revelação das entranhas da Lava Jato	268
As ilegalidades cometidas pela força tarefa de Curitiba: o conluio entre juiz e acusação	268
O Método Inquisitorial.....	269
As investigações e pressões direcionadas às autoridades do Poder Judiciário.....	270
A Interferência Ilegal de Autoridades Estrangeiras.....	270
Os interesses econômicos escusos que motivaram a Força Tarefa	273
As consequências econômicas, políticas e culturais da Lava Jato.....	274

A incipiente retomada da dignidade do Sistema Judiciário Brasileiro.....	276
Considerações Finais.....	279
Capítulo 9 – Direito colonial e direito imperial.....	283
A questão da terra: colonialismo, capitalismo e patriarcado	290
O colonialismo e o capitalismo e a construção jurídica dos direitos fundiários	297
Terra, raça e gênero	305
Direito imperial.....	308
Capítulo 10 – Dualidade do direito colonial: a criação de códigos para as populações indígenas	317
<i>Com Maria Paula Meneses</i>	
A ideia do “indígena” como o outro abissal.....	318
O Estatuto do Indigenato: o caso de Moçambique	324
Conclusão.....	341
PARTE IV – UTOPIAS JURÍDICAS REAIS: INTERROMPENDO O ESTADO	
Capítulo 11 – O Estado heterogêneo, o pluralismo jurídico e as autoridades tradicionais em África: O caso de Moçambique	345
Introdução	345
O Estado heterogêneo e a pluralidade jurídica.....	349
A emergência do Estado heterogêneo	349
Formas velhas e novas de pluralismo jurídico	353
Um palimpsesto de culturas políticas e jurídicas	355
Pluralidades jurídicas entrelaçadas: os tribunais comunitários como híbridos jurídicos.....	364
Justiças interculturais e pluriétnicas: o caso das autoridades tradicionais	371
Conclusão.....	384

**Capítulo 12 – A Ascensão de um Micro-Estado Dual:
um caso de pluralismo jurídico altamente politizado 387**

Com Maria Paula Meneses

Introdução	387
Contexto Histórico	390
Angoche, norte de Moçambique	393
Islão, Tradição e Colonialismo	395
Frelimo: transformações e continuidades.....	398
A descentralização democrática e a emergência do Estado dual em Angoche	400
As implicações da descentralização - A vitória da Renamo em 2003.....	403
Conflito e segmentação nas estruturas modernas básicas do Estado local.....	407
Conflito e segmentação num contexto de tradição mista	411
Conflito e segmentação no “mix” tradicional/moderno.....	416
Conflito e segmentação no “mix” secular/religioso.....	418
Conclusão.....	421

Capítulo 13 – A refundação do Estado na Bolívia e no Equador? 423

Introdução	423
O constitucionalismo transformador na Bolívia e no Equador	426
O Estado plurinacional	433
Um novo projeto para o país.....	434
Um novo institucionalismo	435
Pluralismo jurídico profundo.....	438
Uma nova territorialidade.....	440
Uma nova organização do Estado e formas de planeamento	442
Democracia Intercultural.....	445
As mulheres e a refundação do Estado: o feminismo descolonial.....	447

Será possível outra mestiçagem? A mestiçagem pós-colonial emergente.....	451
O Estado experimental.....	454
Desconstitucionalizando uma Constituição Transformadora.....	455
Conclusão.....	472

PARTE V – UTOPIAS JURÍDICAS REAIS: INTERROMPENDO O DIREITO

Capítulo 14 – A justiça popular em Cabo Verde	475
Introdução	475
A ruptura do vínculo colonial	475
A lição da experiência comparada	479
O Estado, o direito costumeiro e a justiça popular.....	482
Profissionalização ou desprofissionalização	488
Politização ou despolitização	489
O direito e o Estado.....	492
Os Tribunais de Zona Cabo Verde.....	493
Contexto socio-político	493
Um tribunal de zona em funcionamento: o Tribunal de Fonte Filipe.....	497
Os bairros.....	498
O tribunal.....	498
O caso de Cesário Moreira.....	499
A sentença.....	502
Os tribunais de zona, o Estado e o Partido.....	505
A vertente político-partidária dos tribunais de zona.....	505
A vertente jurisdicional dos tribunais de zona	510
A delimitação de competências e o sistema de recursos.....	511
A dinamização da justiça de zona pelos tribunais regionais	515
Conclusões em 1985	516
<i>Post scriptum</i> : quarenta anos depois	518

Capítulo 15 – O Direito dos Excluídos: Justiça Indígena e Plurinacionalidade na Bolívia e no Equador	523
As lutas indígenas no Equador e na Bolívia.....	524
Tensões num processo de transição complexo e justiça indígena	525
Do monolitismo judicial ao pluralismo judicial	527
Do Multiculturalismo Liberal à Interculturalidade	530
Da nação à plurinacionalidade	531
Do pluralismo político eurocêntrico ao pluralismo político intercultural.....	534
Do desenvolvimento capitalista dependente ao Sumak Kawsay ou Suma Qamaña.....	536
Coordenação entre Justiça Indígena e Justiça Ordinária: Da dualidade das justiças à ecologia dos saberes e práticas judiciais.....	540
Promover o respeito pela Constituição e pelo direito internacional em matéria de direitos humanos.....	545
A defesa da justiça indígena pelo direito internacional.....	550
Conclusão.....	551
Capítulo 16 – Descolonização da justiça e paz democrática na Colômbia	555
Paz neoliberal ou paz democrática?	556
Desafios e dilemas para a paz na Colômbia.....	558
A paz e o imperialismo norte-americano	560
A paz e a diferença etnocultural.....	561
Paz, terra e desenvolvimento	562
Paz e distinção ética	565
Paz e renovação política	566
Pluralismo jurídico na Colômbia	567
Descolonização da justiça e Jurisdição Especial para a Paz (Jurisdicción Especial para la Paz, JEP)	568
O papel da justiça de transição e dos direitos colectivos étnicos	569
Proteção dos Territórios e Paz nos Territórios	571

O mandato da JEP	574
A JEP num país intercultural e plurinacional	576
Uma avaliação crítica	578
Conclusão.....	584
Conclusão	587
Bibliografia.....	595